

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA EM PSICOLOGIA

INSTITUTIONAL CARE AND EDUCATION: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW IN PSYCHOLOGY

Pablo Mateus dos Santos Jacinto*

RESUMO:

O acolhimento institucional é uma estratégia protetiva instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dentre as garantias alinhadas à sua execução, por parte das equipes que atuam nas instituições de acolhimento, encontra-se o direito à educação. O objetivo desta pesquisa foi compreender como a educação no contexto do acolhimento institucional tem sido abordada em estudos na área da psicologia. Adotou-se como método a revisão integrativa de literatura. Após aplicação de critérios de inclusão, foram selecionados 12 artigos publicados entre 2003 e 2018. Organizou-se 3 categorias de análise: a) Aprendizagem e Cognição; b) Preconceito e Inclusão Escolar; e C) Educadores. Observou-se que a educação tem sido tratada como coadjuvante, apesar da sua prioridade descrita no ECA. Deve-se alinhar de modo mais efetivo os processos educativos e de escolarização aos objetivos do acolhimento institucional. Novos estudos são sugeridos, de modo a abarcar a complexidade da temática.

Palavras-chave: Acolhimento institucional. Educação. Psicologia da educação.

ABSTRACT:

Institutional sheltering is a protective strategy instituted by the Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Among the guarantees aligned with its execution, by the teams that work in the host institutions, there is the right to education. The aim of this research is to understand how education in the context of institutional care has been addressed in studies in the field of psychology. We adopted the method of integrative literature review. After applying inclusion criteria, 12 articles published between 2003 and 2018 were selected. Three categories of analysis were organized: a) Learning and Cognition; b) Prejudice and School Inclusion; and C) Educators. It was observed that education has been treated as an adjunct, despite its priority described by the ECA. The educational and schooling processes must be more effectively aligned with the objectives of institutional sheltering. New studies are suggested in order to cover the complexity of the theme.

Keywords: Institutional sheltering; Education. Community. Educational psychology.

* Psicólogo (CRP-03/14425) graduado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre e Doutorando em Psicologia (UFBA). Docente do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). Assessor Técnico de Pesquisas e Projetos em Políticas Públicas do CREPOP/CRP-03. E-mail: pablojacintopsi@gmail.com

INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional é uma estratégia protetiva instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). Esta prática é voltada a crianças e adolescentes em graves situações de vulnerabilidade, nas quais torna-se necessário afastá-las do convívio familiar provisória ou permanentemente. No contexto de acolhimento institucional, torna-se mandatário um trabalho de combate às situações de vulnerabilidade às quais o sujeito estava imerso antes da institucionalização e a efetivação de direitos fundamentais, dentre eles o direito à educação.

O documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” reafirma a importância do trabalho em rede entre instituições de acolhimento e as políticas públicas de educação. Por um lado, a inserção das crianças e adolescentes institucionalizados no sistema de ensino operam no sentido de ampliar sua escolarização e garantir direitos advindos do processo formal de educação; por outro, essa articulação concretiza o processo de convivência comunitária fundamentado e defendido na perspectiva

legal que orienta a política de acolhimento. Ratifica-se, inclusive, a necessidade de evitar rompimentos provenientes de transferências e evasões (BRASIL, 2009), o que convoca os profissionais a adotarem estratégias que dialoguem as práticas e objetivos das instituições de acolhimento com os parâmetros escolares.

Observa-se, entretanto, que o debate acerca dos aspectos educacionais e escolares formais envolvidos na estratégia de acolhimento institucional ganham pouco destaque. Em geral, emergem com um dos objetivos dentro da complexidade de fatores a serem trabalhados em crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Reforça, portanto, a necessidade de ampliar este diálogo no intuito de elencar novas propostas e rever práticas pouco adequadas a esta política pública, no que tange à sua interseção com o sistema de ensino.

A psicologia tradicionalmente ocupa as políticas de institucionalização de crianças e adolescentes. Busca-se, com frequência, os conhecimentos agregados por essa ciência nos quesitos desenvolvimentais. Mais recentemente, a psicologia escolar/educacional tem ganhado fôlego diante da ampliação das queixas escolares e identificação das

relações entre as vivências escolares e comportamento extramuros da escola.

Esta revisão teve como objetivo compreender como a educação no contexto do acolhimento institucional brasileiro tem sido abordada em estudos na área da psicologia. Busca-se identificar aspectos relevantes expressos nos trabalhos publicados acerca dessa temática, no intuito de verificar os principais fatores problematizados nos estudos acadêmicos recentes, contrapondo-os com o cenário da prática profissional neste campo.

MÉTODO

Optou-se por realizar uma Revisão Integrativa (RI) de literatura a partir do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e das bases indexadas SciELO e LILACS, no campo de pesquisa por assuntos. A escolha pelas referidas bases de dados se deu devido à extensa amostra de estudos indexados, bem como na confiabilidade acerca dos critérios de indexação adotados pelos instrumentos bibliográficos então utilizados.

Cabe referir que o processo de constituição do estudo ora apresentado foi composto por de algumas etapas, a

saber: a) elaboração de pergunta norteadora: “como o educação é trabalhada no contexto de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil?”; b) busca e imersão na literatura específica; c) coleta de dados a partir da seleção de artigos pertinentes; d) análise crítica dos estudos incluídos, obedecendo os critérios de inclusão e exclusão apresentados nesta seção e orientados a partir do problema de pesquisa; e) apresentação dos resultados a partir da proposição e definição de categorias; f) discussão dos resultados encontrados e, por fim; g) proposição de algumas considerações a partir do panorama então acessado. As análises foram realizadas com auxílio do software MAXQDA, que permitiu celeridade na categorização de dados e visualização de resultados.

Este estudo possibilitou a compreensão de como o panorama científico em psicologia se organiza em torno do tema da educação no contexto da política pública de acolhimento institucional, identificando assim os principais autores e os principais tópicos abordados acerca da temática. Após pesquisa prévia no portal da CAPES e nas bases de dados SciELO e LILACS, foram elencados cinco descritores que

propiciaram um maior refinamento de resultados. Os descritores elencados foram: abrigo¹, institucionalização, acolhimento institucional e educação. Destaca-se que os resultados foram filtrados dentro do período de 2003 e 2018, buscando uma faixa de 15 anos, a qual julgou-se representativa para a pesquisa. De modo a explorar da melhor forma os recursos do portal, cada descritor foi composto de forma particular, no intuito de agregar os resultados mais pertinentes.

Em última filtragem, a partir da checagem dos resumos, foram excluídos os artigos que não correspondem à temática de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Em consonância com o método proposto, os critérios de inclusão foram: (1) o trabalho estar publicado em formato de artigo; (2) estar indexado na plataforma CAPES ou estar disponível nas plataformas SciELO e LILACS; (3) ter sido publicado entre 2003 e 2018; (4) referir-se à realidade brasileira; (5) estar contido no tópico

¹ O termo “abrigo” foi substituído por “acolhimento institucional” a partir da conhecida Lei da Adoção (*Lei No. 12.010, de 3 de agosto de 2009*). Por ser relativamente recente, muitos textos acadêmicos abordam a questão utilizando esses termos de modo indiscriminado, para tratar o mesmo fenômeno. Neste trabalho, “abrigo” e “acolhimento institucional” serão tratados como sinônimos, porém a denominação mais recente será priorizada.

“psicologia”, na base de dados, ser publicado em uma revista de ciências humanas, educação ou psicologia², ou ter a psicologia como referencial teórico-metodológico no texto; e (6) ser referente à temática da educação no contexto de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Utilizou-se, como critério de exclusão, além do texto não estar enquadrado nos parâmetros acima descritos: o artigo estar relacionado ao abrigo de mulheres em situação de violência, idosos, pessoas com deficiência, dentre outros públicos que não crianças e adolescentes. Isto foi necessário devido à amplitude de representações do descritor “abrigo”, pois este termo é aplicado a essas formas de acolhimento institucional. Cabe ressaltar que a escolha por estudos que estivessem configurados dentro da realidade brasileira se justifica pela necessidade de imersão no campo científico específico acerca da situação de abrigo em contexto brasileiro, visto que trata-se de um processo particular dentro dos parâmetros sociais e legais adotados no Brasil.

No sistema de busca do Portal de Periódicos CAPES, foram pesquisados os

² As revistas da área da saúde não apresentaram resultados relevantes para os objetivos propostos nessa pesquisa.

resultados oriundos da busca dos descritores “abrigoamento” e “acolhimento institucional”. Após primeira filtragem conforme os critérios de inclusão elencados, foram encontrados 138 artigos na plataforma. A leitura dos títulos e resumos foi realizada, provocando uma segunda filtragem que apresentou 4 resultados nos critérios estabelecidos.

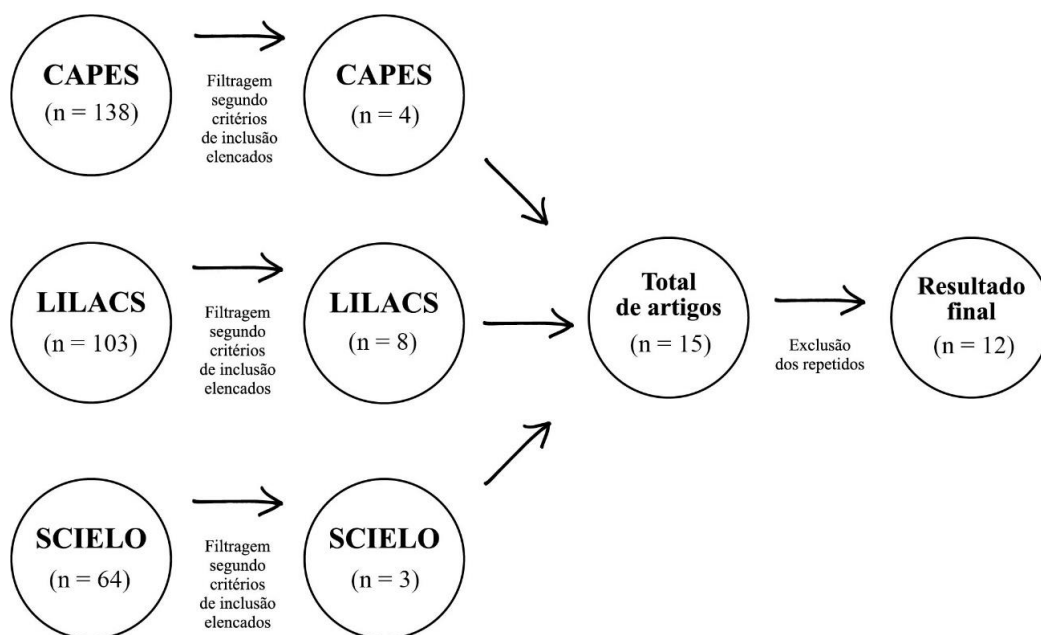
Na base LILACS, também foram utilizados os descritores “abrigoamento” e “acolhimento institucional”, em buscas separadas. Ao todo, foram encontrados 103 artigos não repetidos, sendo 8 relacionados à educação em contexto escolar ou não escolar de crianças e

adolescentes em situação de acolhimento institucional dentro dos critérios definidos.

No portal da SciELO foram utilizados os mesmos descritores do LILACS. Foram encontrados 64 artigos sobre acolhimento institucional atendendo aos critérios estabelecidos. Desses, apenas 3 artigos versavam sobre educação no contexto de interesse.

Ao todo, 3 artigos estiveram repetidos em mais de uma das bases acessadas. Assim, restaram 12 artigos dentro dos critérios estabelecidos. A Figura 1 ilustra o processo de busca elencado para a revisão.

Figura 1: **Percurso de busca dos artigos nas bases indexadoras SciELO e LILACS e Portal CAPES**



Fonte: o autor

RESULTADOS

Como pôde ser observado, ao todo foram identificados 12 artigos relacionados à temática de abrigamento em interface com a escolarização

publicados na faixa de tempo especificada (Tabela 1), que figuram na área da psicologia, educação ou ciências humanas e satisfazem os demais requisitos previamente definidos na pesquisa.

Tabela 1: Listagem dos artigos selecionados, com identificação do ano de publicação, fonte e categoria

| N | Ano | Título | Revista | Categoria |
|----|------|--|--|---|
| 01 | 2010 | A convivência familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser repensada pela escola | <i>Caderno CEDES</i> | Preconceito e Inclusão Escolar |
| 02 | 2010 | Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma | <i>Estudos e Pesquisas em Psicologia</i> | Preconceito e Inclusão Escolar; Aprendizagem e Cognição |
| 03 | 2010 | Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento | <i>Revista Mal-estar e Subjetividade</i> | Educadores |
| 04 | 2010 | Vivências de exclusão em crianças abrigadas | <i>Psicologia: Teoria e Prática</i> | Preconceito e Inclusão Escolar; Educadores |
| 05 | 2010 | Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social | <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> | Aprendizagem e Cognição |
| 06 | 2012 | Educador Social: Imagem e Relações com Crianças em Situação de Acolhimento Institucional | <i>Revista Mal-estar e Subjetividade</i> | Educadores |
| 07 | 2012 | Perfil e trajetória de educadores em | <i>Cadernos de</i> | Educadores |

| | | | | |
|----|------|--|---|--|
| | | instituição de acolhimento infantil | <i>pesquisa</i> | |
| 08 | 2013 | Concepções sobre escola e gênero na perspectiva de crianças abrigadas | <i>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</i> | Aprendizagem e Cognição |
| 09 | 2014 | Exposição a Fatores de Risco de Adolescentes em Acolhimento Institucional no Sul do Brasil | <i>Interação em Psicologia</i> | Aprendizagem e Cognição |
| 10 | 2017 | Crianças à espera de adoção ou em medida protetiva: a inclusão escolar | <i>Revista da SPAGESP</i> | Preconceito e Inclusão Escolar |
| 11 | 2017 | Crianças acolhidas institucionalmente e educação escolar: o que pensam os professores? | <i>Educação: Teoria e Prática</i> | Preconceito e Inclusão Escolar; Educadores |
| 12 | 2017 | O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes | <i>Revista Psicopedagogia</i> | Aprendizagem e Cognição |

Fonte: o autor

Os artigos foram lidos na íntegra e organizados em categorias que permitiram identificar em linhas gerais os temas que envolvem educação mais tratados na literatura alcançada pela pesquisa. Os estudos foram realizados com crianças e adolescentes, sendo utilizados métodos quantitativos e qualitativos, em contexto institucional público e não governamental, nem sempre tendo a escola como ambiente de coleta de dados ou direcionamento teórico.

Três categorias de análise foram formuladas a partir da leitura dos artigos, visando a debater com maior precisão os temas emergidos: a) Aprendizagem e Cognição; b) Preconceito e Inclusão Escolar; e c) Educadores.

Aprendizagem e Cognição

Esta categoria se refere aos artigos que trabalharam aspectos cognitivos dos sujeitos abrigados. Os estudos foram realizados através de métodos predominantemente quantitativos. Os

aspectos cognitivos foram expressos através de referenciais teóricos diversos, especialmente demonstrados através de escalas. Estudos e etapas quantitativas lançaram mão de entrevistas com crianças, adolescentes, educadores e gestores, além das observações de campo.

Coadunando com os objetivos legais, constata-se que os estudos revelaram que crianças e adolescentes elaboram conceitos positivos acerca da escola (MAIA; ORTI; SOUZA, 2013; FONSECA, 2017). Entretanto, observa-se nos textos obtidos numerosas referências a déficits cognitivos, dificuldades de aprendizagem, e baixo desempenho escolar (AYRES et al., 2010; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2010; ABAID; DELL'AGLIO, 2014), associados diretamente ou transversalmente à condição de institucionalização. Em geral, a escolarização é definida como essencial e a não adequação aos parâmetros formais educacionais emerge como fator de risco às crianças e adolescentes abrigadas, por propiciar impasses em suas trajetórias desenvolvimentais em sociedade.

Por outro lado, a institucionalização por si só é considerada danosa ao desenvolvimento, como um todo, e, especificamente, ao

desenvolvimento cognitivo (FONSECA, 2017). Assim, embora alguns dos estudos centralizem na criança ou adolescente abrigado as dificuldades de aprendizagem e cognição, observa-se uma inclinação em considerar fenômenos sociais e institucionais que interagem com tais aspectos. O baixo desempenho escolar aparece em conjunto com uso de drogas, convivência com violência e problemas associados à falta de apoio social e familiar (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2010; ABAID; DELL'AGLIO, 2014).

Preconceito e Inclusão Escolar

Inclusão, neste cenário, é caracterizada por um conjunto de ações de cunho pedagógico no intuito de dirimir desvantagens no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas, destoantes da expectativa usual. Afasta-se, aqui, de uma noção de inclusão voltada para a deficiência, embora não se exclua este fenômeno, nem se desconsidere os direitos alcançados lastreados por esta pauta (GOMES; SOUZA, 2011). A inclusão deve ser vista também a partir de uma perspectiva social, ao passo em que grupos hegemonicamente inferiorizados

enfrentam dificuldades no processo de escolarização dadas as suas desvantagens perante um perfil discente com uma rede de apoio social e econômica mais firmada (DAZZANI, 2010).

Estudos identificados nesta revisão de literatura trabalham aspectos relacionados à inclusão escolar tendo como referência crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Identifica-se uma gama de dificuldades enfrentadas por este público no ambiente escolar em decorrência de estigmas e preconceitos associados à condição de institucionalização.

O trabalho da psicologia emerge neste contexto na medida em que seus referenciais teóricos e práticos permitem a concretização do direito à convivência comunitária das crianças e adolescentes institucionalizados (NERY, 2010). Convivência comunitária se refere à possibilidade de trânsito e acesso destes sujeitos aos recursos sociocomunitários presentes em seu contexto (CONANDA; CNAS, 2006), permitindo um distanciamento da lógica de instituição total que operou na abordagem estatal às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Apesar de a lei não enfatizar as relações e vivências escolares como objetivo e resultado de uma

estratégia de convivência comunitária, cabe aos profissionais compreenderem o lugar que a escola ocupa na vida dos sujeitos institucionalizados, operando como importante foco de socialização em contexto extra-abrigo. Ou seja, garantir que a escola seja mais um espaço de apoio e referência à criança e adolescente em situação de acolhimento é uma estratégia de efetivação de direitos.

Apesar do potencial do trabalho referente à escola no processo de combate a preconceitos e estigmas, tem-se observado que é justamente neste ambiente onde se propagam as situações de violência e opressão (AYRES et al., 2010; CORRER; SENEM; BARROS, 2017; BUFFA; TEIXEIRA; ROSSETTI-FERREIRA, 2018). Estas vivências são consideradas danosas ao desenvolvimento, acarretando traumas e se concretizando em dificuldades de adaptação à escola e baixo rendimento acadêmico (MACIEL et al., 2017).

Aponta-se, neste sentido, a importância de um trabalho conjunto entre as equipes das instituições de acolhimento e da instituição escolar no intuito de combater esses episódios através de ações estruturadas que garantam a inclusão efetiva das crianças e adolescentes institucionalizadas na

dinâmica educacional e pedagógica da rede de ensino (AYRES et al, 2010; NERY, 2010; MACIEL et al., 2017).

Educadores

Destaca-se, por fim, a presença de debates acerca dos profissionais da educação que atuam com as crianças e adolescentes abrigados. Os trabalhos se voltam a discussões sobre educadores sociais que atuam dentro das próprias instituições de acolhimento e professores e gestores atuantes nas instituições de ensino que recebem esse público.

Os educadores sociais são profissionais que atuam diretamente com as crianças e adolescentes institucionalizadas, estando presentes na rotina dos abrigos. Foi possível identificar, entretanto, que em sua prática perdura um espectro de atuação não condizente com o cenário legal preconizado pelo ECA, embora se sustente a noção de provisoriedade da situação de acolhimento institucional (CINTRA; SOUZA, 2010; AVOGLIA; SILVA; MATTOS, 2012; CAVALCANTE; CORRÊA, 2012; BUFFA; TEIXEIRA; ROSSETTI-FERREIRA, 2018). Supõe-se, com isso, que é necessário reforçar a formação desses profissionais no intuito

de elucidar os objetivos da política pública de acolhimento institucional, orientando melhor as práticas executadas e desenvolvendo uma melhor noção acerca dos resultados alcançados.

Professores e educadores sociais foram identificados como potenciais parceiros no desenvolvimento de trabalhos inclusivos de garantia do direito à educação e demais direitos propostos para os sujeitos em situação de acolhimento institucional. Sua atuação é fundamental diante do contato frequente com as crianças e adolescentes institucionalizadas e as relações de afeto e referência que se estabelecem neste cenário (SIQUEIRA; DELL'ANGLO, 2006).

Por outro lado, professores e gestores escolares podem acabar reforçando estigmas que reafirmam uma condição deficitária e conflituosa de crianças e adolescentes institucionalizados (CORRER; SENEM; BARROS, 2017; BUFFA; TEIXEIRA; ROSSETTI-FERREIRA, 2018). Esta relação baliza uma prática pedagógica diante de uma expectativa de inferioridade acerca desses sujeitos, o que reafirma ações de exclusão e acarreta um trabalho não condizente com a lógica de

acesso ao ensino de qualidade e inclusivo estabelecida pelos mecanismos legais.

Em suma, reforça-se um padrão de baixa expectativa acerca da atuação com crianças e adolescentes institucionalizadas, seja por falta de formação específica para atuar com públicos peculiares, seja pelas vivências de pouco sucesso evidente diante da complexidade da política pública em questão. Apesar disso, é reafirmada a importância da atuação desses profissionais, com ênfase no vínculo que se estabelece entre educador e sujeito abrigado, permitindo uma melhor adaptação e desenvolvimento no contexto de abrigo.

DISCUSSÃO

Compreendemos, ao longo deste estudo, que a educação muitas vezes é vista como coadjuvante no processo de acolhimento institucional. O primeiro dado a ser questionado é o montante de artigos encontrados nos critérios desta revisão, diante do total de artigos que apareciam na busca descrita. Dos 305 artigos localizados, considerando possíveis repetições, nas três bases buscadas, apenas 12 tinham como ao menos um dos focos a educação.

Esse resultado é contrastante ao passo em que o acolhimento institucional, medida prevista pelo ECA, deve funcionar como um potencializador da garantia de direitos à criança e ao adolescente. Este documento manifesta como dever do Estado que o direito à educação seja respeitado e garantido (PAGANINI; DEL MORO, 2010; MOREIRA; SALLES, 2015). Quando a criança ou adolescente encontra-se sob tutela institucional, reforça-se a necessidade de acompanhamento do desenvolvimento educacional, visto a excepcionalidade da situação e o papel central da educação no combate às vulnerabilidades.

Toda criança e adolescente, ao inserir-se em instituição de acolhimento, demanda que seja traçado um Plano Individual de Atendimento (PIA), também mencionado como Plano de Atendimento Individual e Familiar, em documentos oficiais (BRASIL, 2009). Este deve conter as estratégias relacionadas ao desenvolvimento da criança ou adolescente institucionalizada, considerando sua relação com a família, sistema de justiça, saúde, educação, dentre outros. As metas devem ser bem definidas em conjunto com todos os envolvidos no processo, incluindo a pessoa acolhida, sendo explicitada a

importância de cada ação planejada e as táticas para alcançar os objetivos.

Constitui-se, portanto, como objetivo fundamental do acolhimento institucional propiciar acompanhamento educacional que garanta um desenvolvimento escolar adequado à criança e adolescente acolhido. A educação, neste ponto, é tomada a partir de duas perspectivas. A primeira, como já destacado, se refere à educação (concretizada na escolarização) como uma possibilidade de superação de vulnerabilidades, permitindo maior acesso a direitos, facilidade de inserção no mercado de trabalho, e melhoria das relações sociais. Uma segunda perspectiva situa a educação, aqui entendida como escolarização, como a imersão da criança ou adolescente em um contexto peculiar que operará no desenvolvimento por permitir acesso a novas práticas sociais, ao desenvolvimento formal de habilidades e competências, ao desenvolvimento moral e formação cidadã.

Nos artigos localizados nesta pesquisa, a escola emerge como espaço de potencial desenvolvimento às crianças e adolescentes institucionalizadas. Entretanto, este mesmo espaço pode operar na reprodução de estigmas e

preconceitos, amplificando as violações vividas pelos sujeitos abrigados. Essa violação pode partir de diversos núcleos da comunidade escolar. Estudantes, familiares, professores e gestores podem por vezes sustentar uma concepção de que crianças e adolescentes que passaram pelo acolhimento institucional reproduzem comportamentos negativos aprendidos ou herdados pelos pais – sujeitos que, em geral, se encontram em situações de graves vulnerabilidades. Essas concepções podem traduzirem-se em atos violentos, como humilhações e opressões (ABAID; DELL'AGLIO, 2014) que reafirmam estigmas negativos e se configuram como impasses a um desenvolvimento saudável às crianças institucionalizadas, contrastando-se com uma proposta pedagógica inclusiva.

Outra consequência da falta de políticas inclusivas para o público é o fracasso escolar. Por vezes, a reprodução de violências em ambiente escolar opera como potencializadora de evasões e repetências. Este fenômeno recai em consequências graves, como a distorção idade-série, problemática complexa principalmente para adolescentes abrigados, que são desacolhidos compulsoriamente aos 18 anos, muitas

vezes sem terem completado o ensino médio.

Entretanto, observa-se um distanciamento da perspectiva da psicologia educacional crítica no que tange aos processos de fracasso escolar e baixo desempenho acadêmico relacionados a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. O fracasso escolar aparece como risco ao desenvolvimento. Por outro lado, pouco se debate acerca dos reflexos de fatores socioeconômicos, bem como das trajetórias de violações de direitos enfrentada por crianças e adolescentes que vivenciam o processo de abrigamento, nos percursos acadêmicos desses sujeitos.

Apesar de a maior parte dos artigos ter sido escrita por psicólogas, a psicologia escolar e educacional, como campo teórico-prático, não é destacada como estratégia diante das problemáticas apontadas nos estudos identificados. Esse apagamento pode ser em decorrência da concepção de que o espaço de reflexão acerca desse campo se restringe ao ambiente escolar, o que dificulta um diálogo que envolva os conceitos e estratégias de atuação elaboradas na área da psicologia escolar e educacional com outros cenários profissionais que

dialogam com as pautas acerca da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acolhimento institucional é uma estratégia protetiva adotada como recurso de Estado a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A alta complexidade do acolhimento requer compreender os sujeitos alvos da política de modo integral, levando em consideração que a vulnerabilidade vivenciada impacta todas as esferas da vida. Desse modo, a garantia de direitos deve levar em conta as diversas dimensões do exercício da cidadania, dentre eles a educação.

Este estudo buscou compreender como a temática da educação é tratada na literatura científica sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Foi possível identificar que há uma não evidência desse debate, a despeito das garantias regimentais do acesso à educação a crianças e adolescentes institucionalizados. Uma parte dos estudos buscou estabelecer considerações entre aspectos cognitivos e sua relação com a institucionalização. Outra parte apresenta reflexões sobre a prática de educadores perante o público do

acolhimento institucional, considerando os diversos estigmas sofridos por estes sujeitos. Por fim, foram localizados estudos que traziam a relação entre inclusão escolar, em uma dimensão ampla de sua concepção, e seus impactos na escolarização de crianças e adolescentes institucionalizadas.

A educação é um direito fundamental disposto no ECA e as práticas das equipes das instituições de acolhimento perpassem a garantia desse

direito às crianças e adolescentes abrigados. A escola e as ações desenvolvidas nesse contexto podem favorecer a garantia dos objetivos propostos pelas equipes que atuam com acolhimento institucional, tornando-se mais um lugar de desenvolvimento e cuidado. Desse modo, sugere-se mais estudos sobre a temática, especialmente adotando outros recursos metodológicos que permitam maior aprofundamento no fenômeno aqui abordado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAID, J. L. W.; DELL'AGLIO, D. D. Exposição a Fatores de Risco de Adolescentes em Acolhimento Institucional no Sul do Brasil. **Interação Psicol.**, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 47-57, 2014.
- AVOGLIA, H. R. C.; SILVA, A. M.; MATTOS, P. M. Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. **Rev. Mal-Estar Subj**, Fortaleza, v. 12, n. 1-2, p. 265-292, jun. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jan. 2021.
- AYRES, L. S. M. et al. Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 420-433, ago. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei No. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Recuperado em 10 novembro, 2016, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. 2.ed. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional de Assistência Social. UNESCO, 2009.

BRASIL. **Orientações para Elaboração do Plano Individual de Atendimento de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Especial. Coordenação Geral de Serviços de Acolhimento, 2017.

BUFFA, C. G.; TEIXEIRA, S. C. P.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 12, n. 2, p. 17-34, fev. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jan. 2021.

CAVALCANTE, L. I. C.; CORREA, L. S. Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 494-517, ago. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742012000200010>.

CINTRA, A. L.; SOUZA, M. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza , v. 10, n. 3, p. 809-833, set. 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000300006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jan. 2021.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília-DF, 2006.

CORRER, R.; SENEM, C. J.; BARROS, L. M. Crianças acolhidas institucionalmente e educação escolar: o que pensam os professores?. **Educação: Teoria e Prática**, v. 27, n. 55, p. 213-233, 2017. DOI: 27. 327. 10.18675/1981-8106

DAZZANI, M. V. M. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 2, p. 362-375, 2010.

FONSECA, P. N. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 34, n. 105, p. 285-296, 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jan. 2021.

GOMES, Claudia; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 28, n. 86, p. 185-193, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jan. 2021.

MACIEL, Rafaela de Fátima Moraes et al . Crianças à espera de adoção ou em medida protetiva: a inclusão escolar. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 18, n. 1, p. 63-79, 2017.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jan. 2021.

MAIA, A. C. B.; ORTI, N. P.; SOUZA, V. B. Concepções sobre escola e gênero na perspectiva de crianças abrigadas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 8, n. 2, p. 501-512, 2013.

MOREIRA, A.; SALLES, L. M. F. O ECA e a concretização do direito à educação básica. **Revista de Educação Pública (UFMT)**, v. 24, n. 55, p. 177-198, 2015.

NERY, M. A. A convivência familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser repensada pela escola. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 189-207, ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622010000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622010000200005>.

PAGANINI, J.; DEL MORO, R. (2011). A utilização dos princípios do direito da criança e do adolescente como mecanismos de efetivação dos direitos fundamentais. **Amicus Curiae**, v. 6, n. 6, p. 1-13, 2011. Disponível em <<http://periodicos.unesc.net/amicus/article/viewFile/534/526>, acesso em 10 set 2018>, acesso em 21 jan 2021.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 407-415, set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000300003>.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 71-80, Apr. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>.